

## UMA ANÁLISE DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOECONOMICO PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tiane Fernanda de Aguiar –Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), FACCAT. Bolsista Capes.

E-mail: tiane.aguiar19@gmail.com

Maria Raquel Caetano - Dra. em Educação, Professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), FACCAT. caetanoraquel2013@gmail.com

**Resumo:** O tema a ser investigado nesta pesquisa é “O Programa Mais Educação como Política de Tempo Integral: um estudo a partir do contexto da prática”, entre os anos de 2010 e 2015 no município de Taquara/RS. Com esta pesquisa pretende-se analisar as contribuições do Programa Mais Educação como uma Política Pública indutora de aumento da jornada escolar no contexto da prática na escola municipal Getúlio Vargas da cidade de Taquara/RS, através do documento normativo e entrevistas realizadas até o presente momento.

Palavras chave: Educação Integral, Política, Mais Educação.

### Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa que ainda está em andamento e tem por objetivo apresentar através do contexto da prática (MAINARDES,2006) a implantação do Programa Mais Educação como alternativa indutora do aumento da jornada escolar e desenvolvimento sustentável da educação através da formação do sujeito integral, na Escola Municipal Getúlio Vargas na cidade de Taquara/RS. Um dos principais documentos que embasará o artigo é a legislação que rege o Programa Mais Educação, ou seja, a Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, e o manual Programa Mais Educação Passo a Passo ( MEC/SEB, 2011).

A pesquisa que está em andamento faz parte da dissertação de mestrado que busca analisar o Programa Mais Educação e sua implantação em uma escola municipal de Taquara-RS. Neste momento da pesquisa, ainda em coleta e organização dos dados, o objetivo principal foi evidenciar como foi implantado o programa na escola. Para essa etapa os instrumentos utilizados foram as entrevistas realizadas com a coordenadora do Mais Educação na escola, os documentos oficiais do programa: Manual passo-a-passo(MEC,2007) e a Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, reformulada em 2011.

O artigo está dividido em quatro sessões a primeira abordará as concepções sobre Educação Integral no Brasil, a segunda apresentará o Programa Mais Educação através do documento normativo Passo a Passo, a terceira exibirá a escola pioneira no programa e sua implementação do Programa, e a quarta apontará algumas considerações já obtidas até o momento da pesquisa.

### **Percurso metodológico**

O instrumento metodológico abordado nessa pesquisa é o “Ciclo de políticas” formulado por Stephen Ball e Richard Bowe e colaboradores (1992) e introduzidas no Brasil por Jefferson Mainardes (2006), que realiza estudos na perspectiva das políticas educacionais. Por ser, Mainardes, referencial nacional dos estudos do Ciclo de Políticas em educação, cabe aqui, destacar sua colaboração para análise dos dados empíricos, quando destaca a abordagem de Stephen Ball e Richard Bowe.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico analítico não é estático, mas dinâmico e flexível (MAINARDES, 2012, p. 3).

Sendo assim, a análise das políticas educacionais, no contexto mais amplo e também local, tem por objetivo, compreender como as políticas são implementadas em diferentes contextos.

O contexto de influência está frequentemente relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas, os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Os textos políticos, portanto, representam a política. Estas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Para Mainardes(1996) a política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos em relação ao tempo e o local específico de sua produção.

Ball e Bowe (1992) diz que “os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos

competem para controlar as representações da política”. Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. “As respostas a estes textos têm consequências reais. Estas consequências são vivenciadas dentro do terceiro contexto, o contexto da prática” (Mainardes,1996).

De acordo com Ball e Bowe (1992), o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores, o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”:

Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas nos sistemas, nas escolas e nas salas de aula.

Para analisar a política investigada, ou seja, os dois contextos do processo de elaboração da política (texto e a prática), a pesquisa envolveu a análise de documentos produzidos pelo Ministério da Educação, entrevistas com a coordenadora do programa na escola.

O contexto da prática é o foco de interesse desse artigo e busca discutir e entender como o Programa Mais Educação se efetiva na EMEF Getúlio Vargas no município de Taquara-RS. O ciclo de políticas, proposto por Stephen Ball, possibilitou compreender como se dá o Programa Mais Educação na prática escolar, passando por importantes conceitos, como qualidade social, e a qualidade estabelecida pelo IDEB. A pesquisa apresenta resultados preliminares que serão apresentados nesse artigo.

### **A Educação e a Educação Integral no Brasil: concepções**

A educação é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente e qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória e por ser, também, dever do Estado. O acesso à educação é um direito reconhecido e necessário que seja garantido(CAETANO,2013).

Para isso, a primeira garantia é que ele esteja cercado de todas as condições para se efetivar, do acesso à qualidade (CURY, 2002). É necessário também pensar os objetivos para os quais a educação se efetiva. “Se pensarmos o homem como objetivo da educação e sua condição de sujeito histórico, ele faz história ao produzir cultura” (PARO, 2010, p.25) e, para isso, precisa apropriar-se da cultura historicamente produzida. Se a educação está preocupada com o homem na integralidade da sua condição histórica e não apenas para a preparação ao trabalho ou para os resultados, essa educação não se bastará apenas das informações e dos conhecimentos, como costumava fazer a escola. “O conceito de educação determinará a maneira de se conceber e realizar a prática da ação educativa” (PARO, 2010, p.25).

Julgar o homem como ser histórico implica considerá-lo como ser social e político. “O político aqui é entendido como a produção da convivência entre pessoas e grupos e não pode ser considerado de forma isolada, mas na relação com outros sujeitos” (PARO, 2010, p.26-27). Tornar o homem histórico como objetivo da educação implica formá-lo como cidadão.

Afirmando em sua condição de sujeito e preparando-o para atuar democraticamente na sociedade [...] ao considerar a cultura como conteúdo da educação, nela se incluem os valores da convivência democrática, visto que a democracia é um dos elementos dessa cultura que, como construção histórica, só se transmite historicamente. (PARO, 2010, p.28).

Aponta-se aqui o objetivo da educação para este trabalho: formar o sujeito na sua integralidade e não apenas para os conteúdos escolares, para a aprendizagem da leitura ou para as avaliações. Defende-se uma educação que forma para a cidadania no sentido de formação ampliada do homem, tendo como objetivo sua atuação para uma sociedade democrática.

A educação integral faz parte desse debate. Ora, se queremos formar o sujeito na sua integralidade, como sujeito histórico, político e social, a educação a ser oferecida pela escola pública, precisa levar essa condição em consideração, especialmente ao problematizar o conceito com a mantenedora e com a comunidade onde está inserida.

Considerando que o Plano Nacional de Educação 2014-2024 prevê, em sua meta 6, “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (2014, p.10), os municípios começaram a se debruçar

sobre o tema e tem se organizado para cumprir essa meta em escolas das redes de ensino, o que se torna um grande desafio.

Alguns autores se posicionam frente a esse debate, como Moll (2012) que diz

[...] há um grande desafio a ser superado, a escola dividida por turnos, entendida como única alternativa para o funcionamento da escola pública brasileira. Experiências em países europeus como França e Inglaterra, que já possuem escolas de seis horas diárias; duas ou mais horas em projetos nos mostram ser possível a ampliação da jornada escolar. Ampliar o tempo da jornada escolar requer organizar o espaço físico, currículo e a jornada de trabalho do professor, procurando dar qualidade a este tempo. Assim a Educação Integral dentro de uma escola de tempo integral supera “minguadas quatro horas diárias que caracterizam na escola de turno.” (MOLL, 2012, p.28, grifo do autor).

Seguindo nessa perspectiva, Carlini (2012, p.444) também contribui dizendo que “a Educação Integral poderá promover o processo de escolarização com eficiência para os alunos da escola pública oriundos de classes populares”. Ressalta-se que o objetivo da escola pública é de ofertar aprendizagem de qualidade e garantir que o aluno tenha acesso a conceitos e pressupostos fundamentais para a vida.

É válido ressaltar que Educação Integral não é sinônimo de educação em tempo integral e nem de escola de tempo integral. A Educação Integral preza pela formação integral do sujeito, uma educação completa, com o sentido de ampliar a possibilidade de acesso a um pensamento de ser humano integral preconizando o desenvolvimento humano mais amplo, completo e articulado com o currículo, ou seja, fazendo com que os conteúdos didáticos sejam imbricados com a vida do aluno de fato (CARLINI, 2012). Não preconiza somente o tempo, mas valoriza a qualidade, ou seja, amplia a jornada de trabalho com vistas a qualidade do processo.

Saviani (2007) referindo-se a qualidade diz que:

A luta dos educadores pela qualidade da educação pública começa na década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924 adquire visibilidade com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e com a Campanha em Defesa da Escola Pública, na virada da década de 1950 para os anos de 1960 na fase final da tramitação do projeto da LDB (p.375).

Com as colocações de Saviani podemos observar que desde muito antes da aprovação da LDB de 1996, já se discutia “qualidade da educação”, qualidade essa que prevê desde a formação dos educadores até as atividades desenvolvidas em sala de aula.

Essa qualidade significa que, com a ampliação do tempo escolar, os alunos ficam em pleno desenvolvimento pois as atividades desenvolvidas devem lhes proporcionar formação para além da sala de aula. Contudo

A educação integral na escola de dia inteiro implica mobilização pedagógica, disposição para um diálogo permanente entre gestores, professores, estudantes e comunidade, além da parte institucional, curricular e pedagógica que precisa ser pensada para responder à diversidade da escola brasileira (MOLL *et al*, 2012, p. 139).

A escola de tempo integral, precisa ser pensada e repensada pelo coletivo para atender as demandas locais, o diálogo precisa ser permanente como cita Moll, especialmente no que se refere ao conceito de educação. A educação não pode ser mais vista como transmissão de conhecimentos.

Um dos objetivos é envolver os alunos, com atividades significativas que integrem todas as áreas do conhecimento, ampliando a jornada escolar e focalizando o desenvolvimento integral do sujeito. Observa-se que a Educação Integral é uma concepção de educação, que poderá ser concebida em uma escola de tempo integral ou de educação em tempo integral, e essa, por sua vez, dependerá dessa concepção de educação (MOLL, 2012).

Nesse sentido, o tempo integral na escola pressupõe a adoção de uma concepção de educação integral: com o tempo escolar ampliado, é possível pensar em uma educação que envolva formação e informação; que compreenda outras atividades – não apenas as pedagógicas – para a construção da cidadania (MOLL, 2012). É o que chamamos de formação do sujeito na sua integralidade.

Com base nessas concepções, é que apresentamos a Política Pública de educação integral no Brasil intitulado de Programa Mais Educação (PME), que, em seus documentos, aponta todas as questões que envolvem o aumento da jornada escolar para que, conseqüentemente, se promova uma educação integral.

### **Conhecendo o Programa Mais Educação**

O que tem se observado é que as políticas sociais desse período histórico (a partir de 2003), entre elas a educação, têm como estratégia o combate à pobreza, à exclusão social e à marginalização cultural, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. O Programa Mais Educação se

apresenta como uma alternativa de educação em tempo integral, onde vários estudiosos têm demonstrado que a educação em tempo integral na nossa sociedade é cada vez mais necessária pelas exigências da organização econômica e social, que requerem carga horária de trabalho da família para atender as necessidades básicas de sobrevivência. Além disso, há a necessidade do desenvolvimento do sujeito na sua integralidade segundo Paro(2010). Neste sentido, pensar as formas de educação ofertadas em nossa sociedade precisa ser um compromisso de todos, para todos.

Compreende-se que entender o funcionamento e a implantação de programas como o Mais Educação é colocar em evidência a forma de como a sociedade se propõe a enfrentar os problemas que afetam diretamente o seu desenvolvimento educacional, cultural, de integração social buscando o desenvolvimento sustentável do município e das comunidades em que esse programa tem sido desenvolvido.

A presente Política Pública<sup>i</sup> foi lançada em 2007, pela Secretaria de Educação Básica – SEB e sua regulamentação também é feita pela SEB, através do PDD<sup>ii</sup>, e pelo FNDE<sup>iii</sup> e informado pelo SIMEC<sup>iv</sup>.

A política se propõe a melhorar os índices da educação básica, garantindo proteção integral às crianças, jovens e adolescentes. O PDE, lançado em 2007, tem como principal finalidade melhorar a qualidade da educação brasileira, com o foco na educação básica. Coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MinC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também, da Secretaria Nacional de Juventude, passando a contar, em 2010, com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos territórios educativos (BRASIL, 2011 p.6).

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas, chegando, no ano 2010, a cidades com mais de 90.000 habitantes em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social e educacional, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas. Em 2011, sua presença atingiu cerca de 15.000 escolas, incluindo-se municípios com mais de 18.800 habitantes. Em 2014, o Programa Mais Educação já se encontrava em todo território nacional, chegando a 32.000 escolas (p. 8).

As atividades desenvolvidas pelas escolas serão propostas fomentadas e organizadas nos seguintes macrocampos (BRASIL, 2011 p.8):

1. Acompanhamento pedagógico
2. Educação Ambiental
3. Esporte e Lazer
4. Direitos humanos em educação
5. Cultura e artes
6. Cultura Digital
7. Promoção da Saúde
8. Comunicação e uso de Mídias
9. Investigação no Campo das Ciências da Natureza
10. Educação Econômica

Cada escola escolhe seis atividades de acordo com seu projeto educativo em curso, todo ano, conforme as possibilidades ofertadas. Entretanto, um dos macrocampos obrigatório é o acompanhamento pedagógico. O detalhamento de cada atividade, conforme suas ementas e recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos, é divulgada, anualmente, em manual específico e relativo à educação integral que acompanha a resolução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE do FNDE. Suas atividades e ementas estão disponíveis para consulta no site do FNDE ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)). O público-alvo do Programa Mais Educação são alunos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social; estudantes que congregam, lideram, incentivam e influenciam positivamente seus colegas; alunos em defasagem ano escolar/idade; alunos dos anos finais da 1ª fase do ensino fundamental (4ª série / 5º ano) e da 2ª fase do ensino fundamental (8ª série/ 9º ano); alunos de séries/anos nos quais são detectados índices de saída extemporânea e/ou repetência; estudantes que demonstram interesse em estar na escola por mais tempo; alunos cujas famílias demonstram interesse na ampliação de sua permanência na escola (BRASIL, 2011).

### **O contexto da prática: a implantação do programa mais educação na escola municipal Getúlio Vargas**

A escola analisada, localiza-se no bairro Eldorado no município de Taquara/RS. Esse bairro caracteriza-se como vulnerável e possui um histórico



relacionado a violência, drogas, trabalho informal entre outros. No ano de 2010, a escola aderiu ao Programa Mais Educação pelo fato de seu índice do desenvolvimento da educação ter sido inferior ao da média nacional proposta, sendo também um dos menores da rede municipal. Abaixo apresentamos o IDEB da escola e o IDEB municipal.

#### **IDEB DA ESCOLA ANALISADA**

<b>ESCOLA</b>	<b>IDEB 2009</b>	<b>IDEB 2011</b>	<b>IDEB 2013</b>	<b>IDEB 2015</b>
EMEF GETULIO VARGAS	<b>4.8</b>	<b>5.2</b>	<b>4.9</b>	<b>Ainda não informado</b>

#### **IDEB DO MUNICIPIO DE TAQUARA/RS**

<b>MUNICIPIO</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>
TAQUARA	4.4	<b>5.1</b>	<b>5.3</b>	<b>Ainda não informado</b>

A escola pesquisada apresentou em 2009 um IDEB inferior a 5.0 que era a média nacional e os alunos encontravam-se em situação de grande vulnerabilidade social, sendo que, aderiu ao programa. Em 2011 o IDEB da escola foi 5,2 e em 2013 houve uma queda no IDEB, para 4,9 em comparação com a média municipal que foi 5,3.

Portanto, o IDEB passa a ser um indicador a ser observado, mas pelos achados da pesquisa, verificamos haver uma dissonância entre indicador do IDEB e conteúdo do programa que no limite desse artigo não iremos aprofundar mas questionamos essa relação entre IDEB e conteúdo da proposta do programa.

Em 2010 a escola iniciou atendendo 100 alunos e após o primeiro ano de experiência, passou a atender 120 alunos. Em 2010, a escola não apresentava estrutura física adequada para atender os alunos em turno inverso como era a proposta do programa.

Para a coordenadora

*Uma dificuldade encontrada era o número de alunos que tinha no começo, nós tínhamos turmas muito grandes, tínhamos alunos dos anos finais e dos anos iniciais nos mesmos turnos daí as oficinas ficavam irregulares, na questão de alunos, do interesse a idade dos alunos, muitos níveis que dificultavam o planejamento das aulas.*

Desde 2014 a escola organizou de forma diferente as turmas, a turma A e a turma B nos dois turnos de funcionamento da escola. A turma A concentra os alunos da primeira fase dos anos iniciais ou seja, 2º e 3º anos, a turma B desenvolve as atividades com os alunos da segunda fase dos anos iniciais 4º e 5º anos.

Segundo o Manual do Programa (BRASIL,2011) “toda escola em contexto com seu projeto político pedagógico peculiar e em diálogo com sua comunidade fixará a quantidade de alunos que serão atendidos”. Segundo as palavras da coordenadora de currículo da escola, o projeto político pedagógico da escola contempla o programa mais educação, mas não fixa o número de alunos a serem atendidos.

O Programa Mais Educação estabelece, no mínimo, 100 alunos para o início das atividades, contudo, não estabelece número máximo de estudantes, o que significa que a escola pode chegar à totalidade de seus alunos incluídos no programa, de acordo com sua disponibilidade de espaço físico e apoio do sistema de ensino. Confirmando o documento normativo a coordenadora do programa na escola explica que

*Em 2010 iniciamos atendendo os alunos no barracão da comunidade, onde o mesmo em dias de chuva possuía muitas goteiras fazendo com que não pudéssemos atender nossos alunos. Hoje nós temos duas salas de aulas destinadas para o programa. São duas salas amplas, e uma delas a gente utiliza para guardar os instrumentos da banda da escola, os instrumentos foram comprados com a verba do PME.*

Percebemos que a implantação do programa induziu a melhoria da estrutura física da escola, haja visto que foram destinadas duas salas para o programa. A escola se reorganizou para que as oficinas pudessem funcionar e atender os alunos.

Em relação aos profissionais e agentes que desenvolvem as atividades de Educação Integral do Programa Mais Educação, o Manual (BRASIL, 2011) diz que podem trabalhar no programa: profissionais da educação; educadores populares, estudantes em processo de formação docente; agentes culturais, que se constituem como referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos; professor comunitário.

Observamos que na escola em que foi realizada a pesquisa, os profissionais que trabalham com as oficinas são: estudantes de graduação nas áreas de português e matemática e instrutor de academia.

A coordenadora do programa na escola quando questionada sobre o trabalho dos profissionais diz que

*Incentivo as professoras a trabalharem da maneira que elas acharem melhor, se elas acham que determinado momento deveria fazer atividades mais tradicionais, eu apoio. Mas elas trocam muito comigo para fazer atividades diferenciadas. A professora de matemática ela é a professora titular deles então ela adotou para ela não repetir as atividades que ela faz de manhã[...]Ela consegue trabalhar com uma metodologia bem diferenciada. A professora de português, procura trazer textos, ela não trabalha com palavras soltas, trabalha com piadas, joguinhos de formação de textos, RPG, algumas atividades mais artísticas de expressão, gibis, substantivos, letra de músicas, trabalha bem lúdico e voltado ao português, mas porque é estudante de letras. A professora de alfabetização, trabalha com atividades mais curtas e sistemáticas, ela não dá continuidade para grandes projetos, eles tem cadernos de português e matemática, mas trabalha com joguinhos e folhinhas e produção de textos e faz intervenções individuais, por isso turmas pequenas. Trabalha bastante a afetividade e auto estima dos alunos.*

A concepção de Educação Integral proposta pelo Programa Mais Educação, consiste, não só na ampliação de tempos e espaços escolares, mas, sobretudo, no desenvolvimento integral da personalidade do educando – em seus aspectos cognitivo, afetivo, psicomotor e social, portanto não é só o trabalho com as áreas do conhecimento, mas o desenvolvimento do aluno como um todo, o que justifica o trabalho da professora com a auto-estima e afetividade, fundamentais para os alunos dessa escola. O trabalho nessa concepção não pode ser medido pelo Ideb.

Constatamos que essa concepção é defendida pelo Programa Mais Educação, experiência de Educação Integral, implementada na rede municipal de ensino da cidade de Taquara/RS, desde o ano de 2010 e instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007

[...] tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, articulando, a partir do projeto escolar, diferentes ações, projetos e programas nos Estados, Distrito Federal e Municípios por meio da ampliação de tempos e espaços educativos através de atividades no campo das Artes, Cultura, do Esporte, do Lazer, da Inclusão Digital, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Tecnologia de Aprendizagem e Convivência (TAC), da Saúde, etc., articuladas com os projetos político-pedagógicos das redes/sistemas de ensino e das escolas.

É preciso que haja um debate acerca da educação integral com toda a comunidade escolar e com os demais professores que não possuem envolvimento direto com o Programa Mais Educação, pois não deve ser apenas uma concepção de um programa, deve estar associado a um projeto maior de educação que vai além da ampliação da jornada escolar.

Sobre as resistências, a fala da coordenadora diz que hoje em 2015 ainda há um grupo de professores que é resistente ao programa nessa comunidade escolar.

*Uma parte dos professores não apoia o Programa Mais Educação, eles acham que atrapalha a escola, porque temos horários diferenciados, outra parte entende que é formação integral do aluno, mas isso é pouco ainda. Os professores compreendem o programa mais educação como apoio a essa vulnerabilidade social que os alunos tem. A parte que não apoia, acredito que eles entendam que a aula regular é mais importante porque trabalha com conteúdos sistemáticos e enxergam as oficinas como lazer. Eu acho que aí está envolvidas questões políticas, questões verticalizadas e de concepção de educação.*

Por isso que reiteramos que é necessário refletir com a comunidade escolar como um todo, o conceito que temos sobre educação e educação integral, para que o programa possa realmente ser considerado como indutor da formação integral, da formação de alunos históricos, políticos e sociais, muito mais do que apenas a ampliação da jornada escolar e que realmente possa se aproximar com os conceitos apresentados nos textos da política nacional.

É com essa ação, com o programa Mais Educação que o Governo Federal objetiva colaborar efetivamente para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da integração de ações, de projetos e de programas e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alternando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos(SILVA,2012).

Como apresentamos nesse artigo, a educação integral visa garantir atenção e desenvolvimento às crianças, aos adolescentes e jovens, como um direito à educação de qualidade ofertadas pelo Estado. A implantação do programa em uma escola de ensino fundamental mostra a importância de desenvolver o aluno na sua integralidade com vistas à formação não só em conhecimentos e habilidades cognitivas, mas voltadas para sua formação cidadã.

**Considerações finais:**

Podemos adiantar que no contexto da prática, em relação a implantação do programa na escola, constatamos muitas distâncias entre o texto dos documentos analisados e a prática. Ao retomar os objetivos a que nos propusemos, reiteramos que no contexto da prática as ações do PME são reinterpretadas e recriadas, produzindo efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações no texto do programa original, a iniciar pela concepção de educação e educação integral.

Um dos achados dessa pesquisa, ao analisarmos o IDEB da escola em relação ao IDEB municipal, foi que o IDEB não consegue medir as contribuições que o PME pode trazer ao objetivo de formação integral, quando consideramos que essa formação vai além dos conteúdos escolares.

Outras questões que apareceram foi a questão da infraestrutura física, a escolha das oficinas (matemática e português) e as atividades que são proporcionadas aos alunos.

Aponta ainda que a coordenadora do programa realmente conhece a realidade dos educandos participantes das oficinas e que presa pelo desenvolvimento integral de habilidades para que esses alunos consigam desenvolvê-las em sala de aula, que seguem o documento normativo adequando-se nos objetivos para que sejam alcançados e que o programa continue naquela comunidade para que os alunos ocupem seu tempo livre com as atividades oferecidas pelo programa e que não sigam más influências.

O ponto-chave é que o Programa Mais Educação não é simplesmente “implementado” no contexto da prática, mas está sujeito à interpretação e, portanto, a “recriação” dentro dos limites e possibilidades dos participantes do programa.

Com base nos estudos e nas entrevistas em loco realizadas na presente escola, pode-se perceber que ainda a escola juntamente com a sua comunidade faz adequações das oficinas e procura sanar as necessidades dos alunos. <sup>v</sup>

#### **Referências:**

BRASIL. MEC/SECAD. **Educação Integral: texto de referência para o debate nacional.** Brasília: Mec, Secad, 2009b.

BRASIL. MEC/SECAD. **Passo a passo Mais Educação.** Brasília - DF: Mec, Secad, s/d, 2011.

\_\_\_\_\_ **LEIDE 18 DE FEVEREIRO DE 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19608compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608compilado.htm). Acesso maio de 2015.

\_\_\_\_\_ **Portaria Intersectorial nº17/2007** e regulamentada pelo decreto 7.083/10. <http://portal.mec.gov.br>. Programa Mais Educação. Acesso em setembro de 2014.

BRASIL. **Programa Mais Educação – Gestão Intersectorial no Território**. Brasília – DF, 2009a.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria **de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE)**, 2014. [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_met\\_as.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_met_as.pdf). Acesso em maio de 2015.

CAETANO, Maria Raquel. *Relações entre o público e o privado: a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto Ayrton Senna (2007-2010)*. Tese (Doutorado). UFRGS. Faculdade de Educação, PPGEDU. Porto Alegre, RS, 2013.

CARLINI, Herb. **A construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste (SP). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos/** Jaqueline Moll... [et al.] Porto Alegre: Penso, 2012.

CAVALIERI. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? 2002.**

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional**. EUC.Soc. Campinas, vol.30, p. 303-318, jan/abr.2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: **Uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 47. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 23.3.2012.

\_\_\_\_\_ **A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. Atos de pesquisa em educação**. PPGE/ME. FURB v. 1, nº 2, p. 94-105, maio/ago. 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como Exercício do Poder**: Crítica ao senso comum em educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, A. de Antonio Jamerson, SILVA, P. Ninive Katharine. **Educação Integral no Brasil de Hoje**. Recife: UFPE, 2013.

---

<sup>i</sup> Programa Mais Educação

<sup>ii</sup> PDDE - Dinheiro Direto na Escola. MEC

<sup>iii</sup> FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

<sup>iv</sup> SIMEC-Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação